

202250

**Estatutos**

whm
fil
R

R

A

fin
NR
R

Carlos Ferraz
Advogado

CERTIFICO:

Nos termos do nº 3 do art. 1º do DL nº 28/2000, de 13 de Março e do nº 1 do art. 38º do DL nº 76-A/2006, de 29 de Março que a fotocópia apensa, contendo 13 folha(s), por mim numerada(s) e rubricada(s), está em conformidade com o respectivo original, que para o efeito, me foi apresentado e que depois de conferido, restitui.

Conferência gratuita.

Registo nº.: 19357L

(Portaria nº 657-B/-2006, de 29 de Junho)

Porto Salvo, 21 de Fevereiro de 2008.

O Advogado

Carlos Ferraz
Advogado

Lagons Park - Edifício 2 - Piso 3
2740-265 PORTO SALVO
telef.: 217 912 322 - fax: 217 941 096
Cédula nº 19 357 - Cons. Distrit. Lisboa
Cont. nº 212 812 181 - 3344 - Lisboa-11

202252

Carlos Ferraz
Advogado
Lagoas Park — Edifício 2 — Piso 3
2740-265 PORTO SALVO
telef.: 217 912 322 — fax: 217 941 096
Cédula nº 19 357 - Cons. Distrit. Lisboa
Cont. nº 212 817 181 - 3344 - Lisboa-11

1743

Conservatória do Registo Comercial de Cascais

Rua Jayme Thompson 2750-378 Cascais
Tel.: 214818630 Fax.: 214818639
Email: crcomcascais@dgrm.mj.pt

Relativamente à certidão requisitada sob o nº 1441/2008

CERTIFICO

que o presente documento contendo 13 folhas incluindo esta, reproduz, em conformidade com o original, o TEOR DOS ESTATUTOS ACTUALIZADOS, tudo respeitante à/ao sociedade anónima TDHOSP - GESTÃO DE EDIFÍCIO HOSPITALAR, S.A. matriculada sob o número 508443997.

Todas as folhas vão numeradas, rubricadas e autenticadas com o selo branco exclusivo desta repartição.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 2008-02-20 14:53

Escriturário Superior,

Maria Fátima Monteiro Santos

202253

Doc. N.º	Fis.
Livro 192-A	Fis. 2

Carlos Ferraz
Advogado
Lagoas Park - Edifício 2 - Piso 3
2740-265 PORTO ALVO
Ade 2 217 912 322 - fax 217 41 096
Cedida n.º 19 357 - Cons. Est. Lisboa
Cont. n.º 212 812 181 - 3344 - Lisboa-11

1/3 1744

DOCUMENTO COMPLEMENTAR da escritura lavrada, em vinte e quatro
de Janeiro de dois mil e oito, a folhas 2 do livro número 192-A.

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Denominação, sede, objecto e duração

ARTIGO PRIMEIRO

1. A Sociedade adopta a firma **TDHOSP - GESTÃO DE EDIFÍCIO HOSPITALAR, S.A.**, tem a sua sede no Edifício Dois do Lagoas Park, freguesia de Porto Salvo, concelho de Oeiras e durará por tempo indeterminado._____
2. O conselho de administração poderá criar, onde entender, no território nacional ou no estrangeiro, quaisquer formas de representação social._____

[Handwritten signature]

ARTIGO SEGUNDO

A Sociedade tem por objecto exclusivo a gestão do Novo Edifício Hospitalar do Hospital de Cascais, compreendendo as actividades de concepção, projecto, construção, financiamento, conservação e manutenção do referido Edifício, nos termos previstos no Contrato de Gestão a celebrar no âmbito do Concurso Público número 2/2004, do Ministério da Saúde._____

[Handwritten signature]

17:45

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL, ACÇÕES E OBRIGAÇÕES

ARTIGO TERCEIRO

1. O capital social é de 326.975 (trezentos e vinte e seis mil novecentos e setenta e cinco) euros, integralmente subscrito, dividido em 326.975 (trezentas e vinte e seis mil novecentas e setenta e cinco) acções do valor nominal de um euro cada uma.
2. O capital social encontra-se realizado em trinta por cento, em dinheiro, devendo os restantes setenta por cento ser realizados, também em dinheiro, nos montantes e à medida que forem sendo solicitados pelo Conselho de Administração, com uma antecedência mínima de trinta dias, devendo a totalidade do capital social encontrar-se integralmente realizado no prazo de dezoito meses a contar da data da escritura de constituição da sociedade.
3. O capital social é representado por acções nominativas, tituladas, sendo admissível a existência de acções não tituladas mediante deliberação da Assembleia Geral.
4. Poderão haver títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas e mil acções, ou múltiplos de mil acções.
5. Os títulos poderão ser divididos ou concentrados, a requerimento e à custa dos accionistas.
6. As despesas com as operações de registo, de transmissão, de conversão ou outras relativas às acções serão suportadas pelos accionistas interessados, de acordo com critério a definir pelo Conselho de Administração.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
NR 17
[Handwritten signature]

2/3/4
1746

7. Dos títulos representativos das acções constarão obrigatoriamente as limitações à sua transmissão, nos termos do artigo sétimo, por forma a que tais limitações sejam oponíveis a terceiros. _____

ARTIGO QUARTO

1. O Conselho de Administração fica desde já autorizado a aumentar, por uma ou mais vezes, o capital social por entradas em dinheiro, até ao limite máximo de 1.676.471 (um milhão seiscentos e setenta e seis mil quatrocentos e setenta e um) euros. _____
2. Os accionistas ficam desde já obrigados a efectuar suprimentos à sociedade, os quais vencerão juros contados à taxa anual correspondente à Euribor a 6 (seis) meses acrescida de uma margem de 1,5% (um virgula cinco por cento), sempre que tal lhes seja solicitado pelo Conselho de Administração, até ao montante máximo de 8.382.353 (oito milhões trezentos e oitenta e dois mil trezentos e cinquenta e três) euros, montante esse que se considera reduzido na exacta medida em que os accionistas forem chamados a efectuar prestações suplementares de capital, nos termos do número seguinte. _
3. Para além das situações previstas nos anteriores números 1 e 2, mediante deliberação da Assembleia Geral em que se especifiquem as condições do respectivo reembolso, poderão os accionistas ser obrigados a efectuar, prestações suplementares de capital, na proporção do valor nominal das respectivas acções, até ao montante global máximo de 8.382.353 (oito milhões trezentos e oitenta e dois mil trezentos e cinquenta e três) euros, montante esse que se considera reduzido na exacta medida em que os accionistas forem chamados a

57

1747

- efectuar suprimentos, nos termos do número anterior, a realizar no prazo que para o efeito for fixado na deliberação que o decida, mas nunca inferior a trinta dias. _____
4. O atraso na entrada de quaisquer fundos previstos no presente artigo confere a Sociedade no direito de exigir do respectivo accionista juros moratórios contados à taxa anual correspondente à Euribor a 6 (seis) meses acrescida de uma margem de 1,5% (um vírgula cinco por cento), sem prejuízo do disposto quanto a amortização de acções. _____
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso o capital social esteja disperso por dois ou mais accionistas, o atraso na entrada de quaisquer fundos previstos no presente artigo poderá levar à suspensão dos direitos societários do respectivo accionista, mediante deliberação da Assembleia Geral, na qual tal accionista não terá direito de voto. _____
6. Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá a sociedade emitir obrigações não convertíveis e que não confirmam direito à subscrição de acções. _____

ARTIGO QUINTO

1. A oneração de acções carece, sob pena de nulidade, de autorização prévia, expressa e escrita, do Ministro da Saúde, ou de entidade em quem este delegue, salvo se efectuada nos termos dos Contratos de Financiamento referidos no Contrato de Gestão. _____
2. Sendo a autorização concedida, ou não sendo a mesma necessária, nos termos da parte final do número anterior, a Sociedade ou os seus accionistas ficam obrigados a comunicar ao Ministro da Saúde os

202257

Carlos Ferraz
Advogado
Lisboa, Edifício 2 - Piso 3
Rua 217 941 096
Telex 217 941 096
Fax 217 941 096
Cons. Distrit. Lisboa
212 812 181 - 3344 - Lisboa - RI

3/36 1748

termos e condições em que aquelas acções foram oneradas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. _____

ARTIGO SEXTO

1. Mediante prévia autorização, expressa e escrita, do Ministro da Saúde, ou de entidade em quem este delegar, a Sociedade poderá amortizar as acções de qualquer accionista, nos termos e condições estabelecidos em deliberação da Assembleia Geral, tomada no prazo máximo de um ano a contar da ocorrência do facto que fundamente a amortização, sempre que: _____
 - a) as acções sejam objecto de penhora, arresto, arrolamento ou outra forma de apreensão judicial e o accionista não obtenha o levantamento daquelas providências ou a desoneração das acções até ao momento da deliberação; _____
 - b) as acções sejam transmitidas ou oneradas sem o prévio consentimento do Ministro da Saúde, ou de entidade em quem este delegue, ou sem o consentimento da Sociedade, nos casos em que este é necessário; _____
 - c) o accionista seja dissolvido, tratando-se de pessoa colectiva, ou seja declarado insolvente, interdito ou inabilitado, por sentença judicial transitada em julgado; _____
 - d) o accionista não cumpra pontual e integralmente a sua obrigação de realização de quaisquer fundos previstos no artigo 4º; _____
 - e) o accionista dê o seu consentimento à amortização. _____
2. A contrapartida da amortização de acções prevista no número antecedente será feita pelo respectivo valor nominal, acrescido da

1749

parte que lhes corresponda nos fundos de reserva constituídos à data da deliberação de amortização, salvo no caso da amortização prevista na alínea b), em que a contrapartida não será superior ao valor nominal das acções. _____

ARTIGO SÉTIMO

1. A transmissão de acções entre accionistas, ou para terceiros não accionistas, fica sujeita a autorização prévia, expressa e escrita, do Ministro da Saúde, ou de entidade em quem este delegar, sob pena de nulidade, salvo se efectuada nos termos dos Contratos de Financiamento referidos no Contrato de Gestão. _____
2. A transmissão de acções a não accionistas depende ainda do consentimento da Sociedade, tendo os accionistas direito de preferência nessas alienações. _____
3. O accionista que pretenda alienar acções deverá enviar à Sociedade o pedido escrito de consentimento, indicando a identidade do adquirente, o preço e condições de pagamento ajustados para a projectada transmissão. _____
4. A Sociedade deverá, no prazo máximo de quinze dias, encaminhar tal pedido para o Ministério da Saúde, devendo ela própria pronunciar-se sobre o pedido de consentimento para a transmissão das acções no prazo máximo de sessenta dias a contar da recepção da autorização do Ministério da Saúde, sendo caso disso, competindo tal deliberação à Assembleia Geral, entendendo-se consentir na transmissão caso não se pronuncie dentro desse prazo. _____
5. No caso de a transmissão não ser autorizada pela Sociedade, deverá

4/3/02
1750

esta fazer adquirir as acções por outra pessoa, accionista ou terceiro, designado na deliberação que tenha negado tal consentimento. No prazo máximo de quinze dias a contar de tal deliberação, a Sociedade solicitará nova autorização ao Ministério da Saúde, identificando a nova pessoa proposta, devendo a transmissão das acções ser efectivada no prazo máximo de trinta dias a contar da nova autorização, sendo caso disso, daquele Ministério, sob pena de se considerar consentida pela Sociedade a transmissão primeiramente solicitada pelo accionista e anteriormente consentida pelo Ministério da Saúde.

6. Os accionistas presentes ou devidamente representados na Assembleia Geral convocada para deliberar sobre a referida autorização, terão direito de preferência na aquisição de tais acções, na proporção das acções de que cada preferente seja titular, devendo tal direito ser exercido nessa própria Assembleia Geral.
7. A transmissão de acções, nos termos do presente artigo, deverá fazer-se nas mesmas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento, salvo sendo este gratuito ou provando-se simulação do preço, casos em que a transmissão será feita pelo valor real das acções, o qual será determinado de acordo com a lei por um Revisor Oficial de Contas nomeado de comum acordo, ou, na falta de acordo, pelo Tribunal.
8. A transmissão de acções implica a automática transmissão, para o respectivo cessionário, das obrigações do accionista cedente relativas à realização de quaisquer fundos previstos no artigo 4º dos presentes

202260

Carlos Ferraz
Advogado
Lagoas Park — Edifício 2 — Piso 3
27-10-265 PORTO SALVO
telef.: 217 912 322 — fax: 217 941 096
Cédula n.º 19 357 - Cons. Distrit. Lisboa
Cont. n.º 212 812 181 - 3344 - Lisboa-11

1751

Estatutos, vencidos ou vincendos, mantendo-se o accionista cedente solidariamente responsável com o cessionário pela realização dos fundos cuja obrigação já esteja vencida à data da transmissão. _____

9. O cessionário de quaisquer acções deverá, previamente à deliberação da Sociedade sobre o pedido de consentimento para a transmissão das acções prevista no nº 4, apresentar à Sociedade declaração escrita onde expressamente reconheça e aceite a transmissão da obrigação de realização dos fundos previstos no número anterior. _____

CAPÍTULO III
ÓRGÃOS SOCIAIS
SECÇÃO I
ASSEMBLEIA GERAL
ARTIGO OITAVO

1. A Assembleia Geral, regularmente constituída, representa a universalidade dos accionistas. _____
2. A mesa da Assembleia Geral é constituída pelo presidente e por um secretário, eleitos por um período de quatro anos, de entre accionistas ou não accionistas, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes. _____

ARTIGO NONO

1. A Assembleia Geral só poderá funcionar em primeira convocação se estiver representado, pelo menos, metade do capital social. _____
2. A cada acção corresponde um voto. _____
3. O exercício do direito de voto depende do averbamento ou depósito das acções em nome do titular até cinco dias antes do dia designado para a reunião da Assembleia Geral. _____

202261

Carlos Ferraz
Advogado
Lagoas Park - Edifício - Piso 3
2740-265 PORTO SALVO
tel: 217 912 722 - fax: 217 941 096
Cadastr. n.º 19.957 - Cons. Distrit. Lisboa
Cart. n.º 217.870.400 3344 - Lisboa-11

4. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos expressos, qualquer que seja a percentagem do capital representado, salvo disposição em contrário destes estatutos ou da lei.
5. Não é permitido o voto por correspondência. _____
6. Qualquer alteração aos presentes estatutos deverá ser previamente aprovada, sob pena de nulidade, pelo Ministro da Saúde, ou entidade em quem este delegue, nos termos fixados no Contrato de Gestão. _____
7. As Assembleias Gerais poderão ser convocadas por cartas registadas dirigidas aos accionistas, expedidas com antecedência não inferior a vinte e um dias, não sendo, neste caso, necessárias quaisquer publicações. _____

ARTIGO DÉCIMO

1. Os accionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por quaisquer pessoas, conferindo-lhes para o efeito poderes em simples carta mandadeira dirigida ao presidente da mesa, devendo nessa carta identificar-se a Assembleia Geral em causa. _____
2. Os accionistas pessoas colectivas serão representados pela pessoa singular indicada em carta mandadeira subscrita por quem tenha poderes para os obrigar, devendo a carta mandadeira satisfazer os requisitos do número um antecedente. _____
3. Não poderão participar nas assembleias gerais os accionistas sem direito de voto nem os simples obrigacionistas. _____

SECÇÃO II

ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

1753

1. A administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração, composto por um número de membros não superior a nove. _____
2. Os administradores são eleitos pela Assembleia Geral por um período de quatro anos, sendo permitida a reeleição uma ou mais vezes. _____
3. Compete à Assembleia Geral a designação do presidente do Conselho de Administração. _____

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

1. O Conselho de Administração goza de todos os poderes de gestão das actividades da Sociedade, devendo subordinar-se às deliberações dos accionistas ou às intervenções do Fiscal Único apenas nos casos em que a lei ou estes estatutos o determinarem. _____
2. O Conselho de Administração pode delegar num ou mais administradores ou numa Comissão Executiva, constituída por número ímpar de administradores, parte dos seus poderes, a execução das deliberações do conselho ou a gestão corrente da Sociedade, nos termos e dentro dos limites fixados na deliberação que os designar, bem como pode nomear mandatários para a prática de determinados actos ou categorias de actos. _____
3. A Sociedade fica obrigada pela assinatura de dois administradores, ou de um administrador-delegado dentro dos limites da delegação do conselho, ou de um administrador e de um procurador, ou de um procurador com poderes especiais. _____

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

1. O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo

202263

Carlos Ferraz
Advogado
Lagoas Park - Edifício 2 - Piso 3
2740-265 PORTO ALCANTARA
tel.: 217 912 322 - fax: 217 911 095
Cédula n.º 19 357 - C.º de O.º de 1995
Cont. n.º 217 812 187 - C.º de O.º de 1995

presidente ou por outros dois administradores. _____

2. Qualquer administrador pode fazer-se representar numa reunião por outro administrador, mediante carta dirigida ao presidente, ou, sendo este o representado, dirigida a outro administrador que esteja presente na reunião, mas cada instrumento de representação não pode ser utilizado mais do que uma vez. _____

3. É permitido o voto por correspondência. _____

4. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência. _____

5. Considera-se que falta definitivamente o administrador que, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, falte a mais de cinco reuniões seguidas ou oito interpoladas num ano civil. _____

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

1. A fiscalização da Sociedade compete a um Fiscal Único, eleito pela Assembleia Geral por um período de quatro anos, podendo ser reeleito uma ou mais vezes. _____
2. O Fiscal Único e o suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. _____

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

1. As remunerações dos administradores e do Fiscal Único serão fixadas por uma comissão de accionistas eleita conjuntamente com os órgãos sociais ou, na falta desta, directamente pela Assembleia Geral. _____
2. As remunerações dos administradores poderão ser fixadas, total ou parcialmente, numa percentagem dos lucros do exercício, não

202264

Carlos Ferraz
Advogado
Lagoas Park — Edifício 2 — Piso 3
2740-265 PORTO SALVO
telef.: 217 912 322 — fax: 217 911 096
Cédula n.º 19 357 - Cons. Distrit. Lisboa
Cont. n.º 212 812 181 - 3344 - Lisboa-11

1755

podendo tal percentagem, globalmente considerada, ser superior a dez por cento de tais lucros. _____

3. Embora designados por prazo certo, os membros dos corpos sociais mantêm-se em funções até à eleição dos que os substituam. _____

CAPÍTULO IV

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

1. O ano social coincide com o ano civil. _____
2. Os lucros apurados de cada exercício, depois de deduzidos cinco por cento, pelo menos, para a reserva legal, sempre que este fundo não se encontre suficientemente integrado nos termos da lei, terão o destino que for deliberado em Assembleia Geral, que poderá, por simples maioria, afectar a reservas a totalidade dos lucros. _____
3. No decurso do exercício podem ser feitos aos accionistas adiantamentos sobre lucros, mediante deliberação do Conselho de Administração, com o consentimento do Fiscal Único e nos demais termos e condições legalmente estabelecidos. _____

CAPÍTULO V

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

A Sociedade dissolve-se nos casos legais, fazendo-se a liquidação pela forma que for deliberada em Assembleia Geral. _____

[Handwritten signatures and marks]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Carla Coelho
ADVOGADA

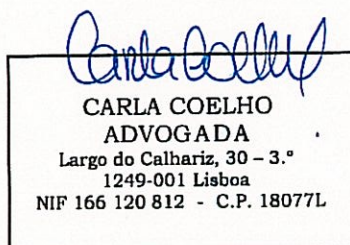
[Handwritten signatures]

CERTIFICO

Que a presente fotocópia junta, contendo **Oito** folha(s), por mim numerada(s) e rubricada(s), está conforme com o respectivo original dos **Estatutos** da sociedade **"HPP SAÚDE - PARCERIAS CASCAIS, S.A."**, que me foi apresentado, verifiquei e restituí.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2008

A ADVOGADA



Certidão GRATUITA

Registada sob o n.º 18077 L/ 4988

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

ESTATUTOS DA HPP SAÚDE – PARCERIAS CASCAIS, S.A.**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJECTO E DURAÇÃO****Artigo Primeiro**

1. A Sociedade adopta a firma de HPP Saúde – Parcerias Cascais, S.A., tem a sua sede na Avenida da república, n.º 35 – 8º, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, e durará por tempo indeterminado.
2. O conselho de administração poderá criar, onde entender, no território nacional ou no estrangeiro, quaisquer formas de representação social.

Artigo Segundo

A Sociedade tem por objecto exclusivo a gestão do Estabelecimento Hospitalar designado “Hospital de Cascais”, compreendendo a realização de prestações de saúde promotoras, preventivas ou terapêuticas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, bem como a gestão dos edifícios onde o mesmo se encontra actualmente instalado, nos termos previstos no Contrato de Gestão a celebrar no âmbito do Concurso Público número 2/2004, do Ministério da Saúde.

**CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL, ACÇÕES E OBRIGAÇÕES****Artigo Terceiro**

1. O capital social é de 606.346 euros, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido em 606.346 acções do valor nominal de um euro cada uma.
2. O capital social é representado por acções nominativas, tituladas, sendo admissível a existência de acções não tituladas mediante deliberação da Assembleia Geral.

3. Poderão haver títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas e mil acções, ou múltiplos de mil acções.
4. Os títulos poderão ser divididos ou concentrados, a requerimento e à custa dos accionistas.
5. As despesas com as operações de registo, de transmissão, de conversão ou outras relativas às acções serão suportadas pelos accionistas interessados, de acordo com critério a definir pelo Conselho de Administração.
6. Dos títulos representativos das acções constarão obrigatoriamente as limitações à sua transmissão, nos termos do artigo sétimo, por forma a que tais limitações sejam oponíveis a terceiros.

Artigo Quarto

1. O Conselho de Administração fica desde já autorizado a aumentar, por uma ou mais vezes, o capital social por entradas em dinheiro, até ao limite máximo de 1.608.456 euros.
2. Os accionistas ficam desde já obrigados a efectuar suprimientos à sociedade, os quais vencerão juros contados à taxa anual correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de uma margem de 1.5%, sempre que tal lhes seja solicitado pelo Conselho de Administração, até ao montante máximo de 13.060.662 euros, montante esse que se considera reduzido na exacta medida em que os accionistas forem chamados a efectuar prestações suplementares de capital, nos termos do número seguinte.
3. Para além das situações previstas nos anteriores números 1 e 2, mediante deliberação da Assembleia Geral em que se especifiquem as condições do respectivo reembolso, poderão os accionistas ser obrigados a efectuar, prestações suplementares de capital, na proporção do valor nominal das respectivas acções, até ao montante global máximo de 13.060.662 euros, montante esse que se considera reduzido na exacta medida em que os accionistas forem chamados a efectuar suprimientos, nos termos do número anterior, a realizar no prazo que para o efeito for fixado na deliberação que o decida, mas nunca inferior a trinta dias.
4. O atraso na entrada de quaisquer fundos previstos no presente artigo confere a Sociedade no direito de exigir do respectivo accionista juros moratórios contados à taxa anual correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de uma margem de 1.5%, sem prejuízo do disposto quanto a amortização de acções.
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso o capital social esteja disperso por dois ou mais accionistas, o atraso na entrada de quaisquer fundos previstos no presente artigo poderá levar à suspensão dos direitos societários do respectivo accionista, mediante deliberação da Assembleia Geral, na qual tal accionista não terá direito de voto.
6. Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá a sociedade emitir obrigações não convertíveis e que não confirmam direito à subscrição de acções.

Artigo Quinto

1759

1. A oneração de acções carece, sob pena de nulidade, de autorização prévia, expressa e escrita, do Ministro da Saúde, ou de entidade em quem este delegue.
2. Sendo a autorização concedida, a Sociedade ou os seus accionistas ficam obrigados a comunicar ao Ministério da Saúde os termos e condições em que aquelas acções foram oneradas, no prazo de 5 dias úteis.

Artigo Sexto

1. Mediante prévia autorização, expressa e escrita, do Ministro da Saúde, ou de entidade em quem este delegar, a Sociedade poderá amortizar as acções de qualquer accionista, nos termos e condições estabelecidos em deliberação da Assembleia Geral, tomada no prazo máximo de um ano a contar da ocorrência do facto que fundamente a amortização, sempre que:
 - a) as acções sejam objecto de penhora, arresto, arrolamento ou outra forma de apreensão judicial e o accionista não obtenha o levantamento daquelas providências ou a desoneração das acções até ao momento da deliberação;
 - b) as acções sejam transmitidas ou oneradas sem o prévio consentimento do Ministro da Saúde, ou de entidade em quem este delegue, ou sem o consentimento da Sociedade, nos casos em que este é necessário;
 - c) o accionista seja dissolvido, tratando-se de pessoa colectiva, ou seja declarado insolvente, interdito ou inabilitado, por sentença judicial transitada em julgado;
 - d) o accionista não cumpra pontual e integralmente a sua obrigação de realização de quaisquer fundos previstos no artigo 4º;
 - e) o accionista dê o seu consentimento à amortização.
2. A contrapartida da amortização de acções prevista no número antecedente será feita pelo respectivo valor nominal, acrescido da parte que lhes corresponda nos fundos de reserva constituídos à data da deliberação de amortização, salvo no caso da amortização prevista na alínea b), em que a contrapartida não será superior ao valor nominal das acções.

Artigo Sétimo

1. A transmissão de acções entre accionistas, ou para terceiros não accionistas, fica sujeita a autorização prévia, expressa e escrita, do Ministro da Saúde, ou de entidade em quem este delegar, sob pena de nulidade, salvo se efectuada nos termos dos Contratos de Financiamento referidos no Contrato de Gestão.

2. A transmissão de acções a não accionistas depende ainda do consentimento da Sociedade, tendo os accionistas direito de preferência nessas alienações.
3. O accionista que pretenda alienar acções deverá enviar à Sociedade o pedido escrito de consentimento, indicando a identidade do adquirente, o preço e condições de pagamento ajustados para a projectada transmissão.
4. A Sociedade deverá, no prazo máximo de quinze dias, encaminhar tal pedido para o Ministério da Saúde, devendo ela própria pronunciar-se sobre o pedido de consentimento para a transmissão das acções no prazo máximo de sessenta dias a contar da recepção da autorização do Ministério da Saúde, sendo caso disso, competindo tal deliberação à Assembleia Geral, entendendo-se consentir na transmissão caso não se pronuncie dentro desse prazo.
5. No caso de a transmissão não ser autorizada pela Sociedade, deverá esta fazer adquirir as acções por outra pessoa, accionista ou terceiro, designado na deliberação que tenha negado tal consentimento. No prazo máximo de quinze dias a contar de tal deliberação, a Sociedade solicitará nova autorização ao Ministério da Saúde, identificando a nova pessoa proposta, devendo a transmissão das acções ser efectivada no prazo máximo de trinta dias a contar da nova autorização, sendo caso disso, daquele Ministério, sob pena de se considerar consentida pela Sociedade a transmissão primeiramente solicitada pelo accionista e anteriormente consentida pelo Ministério da Saúde.
6. Os accionistas presentes ou devidamente representados na Assembleia Geral convocada para deliberar sobre a referida autorização, terão direito de preferência na aquisição de tais acções, na proporção das acções de que cada preferente seja titular, devendo tal direito ser exercido nessa própria Assembleia Geral.
7. A transmissão de acções, nos termos do presente artigo, deverá fazer-se nas mesmas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento, salvo sendo este gratuito ou provando-se simulação do preço, casos em que a transmissão será feita pelo valor real das acções, o qual será determinado de acordo com a lei por um Revisor Oficial de Contas nomeado de comum acordo, ou, na falta de acordo, pelo Tribunal.
8. A transmissão de acções implica a automática transmissão, para o respectivo cessionário, das obrigações do accionista cedente relativas à realização de quaisquer fundos previstos no artigo 4º dos presentes Estatutos, vencidos ou vincendos, mantendo-se o accionista cedente solidariamente responsável com o cessionário pela realização dos fundos cuja obrigação já esteja vencida à data da transmissão.
9. O cessionário de quaisquer acções deverá, previamente à deliberação da Sociedade sobre o pedido de consentimento para a transmissão das acções prevista no nº 4, apresentar à Sociedade declaração escrita onde expressamente reconheça e aceite a transmissão da obrigação de realização dos fundos previstos no número anterior.

CAPÍTULO III
ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I
ASSEMBLEIA GERAL

Artigo Oitavo

1. A Assembleia Geral, regularmente constituída, representa a universalidade dos accionistas.
2. A mesa da Assembleia Geral é constituída pelo presidente e por um secretário, eleitos por um período de três anos, de entre accionistas ou não accionistas, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

Artigo Nono

1. A Assembleia Geral só poderá funcionar em primeira convocação se estiver representado, pelo menos, metade do capital social.
2. A cada acção corresponde um voto.
3. O exercício do direito de voto depende do averbamento ou depósito das acções em nome do titular até cinco dias antes do dia designado para a reunião da Assembleia Geral.
4. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos expressos, qualquer que seja a percentagem do capital representado, salvo disposição em contrário destes estatutos ou da lei.
5. Não é permitido o voto por correspondência.
6. Qualquer alteração aos presentes estatutos deverá ser previamente aprovada, sob pena de nulidade, pelo Ministro da Saúde, ou entidade em quem este delegue, nos termos fixados no Contrato de Gestão.
7. As Assembleias Gerais poderão ser convocadas por cartas registadas dirigidas aos accionistas, expedidas com antecedência não inferior a vinte e um dias, não sendo, neste caso, necessárias quaisquer publicações.

Artigo Décimo

1. Os accionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por quaisquer pessoas, conferindo-lhes para o efeito poderes em simples carta mandadeira dirigida ao presidente da mesa, devendo nessa carta identificar-se a Assembleia Geral em causa.
2. Os accionistas pessoas colectivas serão representados pela pessoa singular indicada em carta mandadeira subscrita por quem tenha poderes para os obrigar, devendo a carta mandadeira satisfazer os requisitos do número um antecedente.
3. Não poderão participar nas assembleias gerais os accionistas sem direito de voto nem os simples obrigacionistas.

SECÇÃO II

ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Artigo Décimo Primeiro

1. A administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração, composto por um número de membros não superior a nove.
2. Os administradores são eleitos pela Assembleia Geral por um período de três anos, sendo permitida a reeleição uma ou mais vezes.
3. Compete à Assembleia Geral a designação do presidente do Conselho de Administração.

Artigo Décimo Segundo

1. O Conselho de Administração goza de todos os poderes de gestão das actividades da Sociedade, devendo subordinar-se às deliberações dos accionistas ou às intervenções do Fiscal Único apenas nos casos em que a lei ou estes estatutos o determinarem.
2. O Conselho de Administração pode delegar num ou mais administradores ou numa Comissão Executiva, constituída por número ímpar de administradores, parte dos seus poderes, a execução das deliberações do conselho ou a gestão corrente da Sociedade, nos termos e dentro dos limites fixados na deliberação que os designar, bem como pode nomear mandatários para a prática de determinados actos ou categorias de actos.
3. A Sociedade fica obrigada pela assinatura de dois administradores, ou de um administrador-delegado dentro dos limites da delegação do conselho, ou de um administrador e de um procurador, ou de um procurador com poderes especiais.

Artigo Décimo Terceiro

1. O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo presidente ou por outros dois administradores.
2. Qualquer administrador pode fazer-se representar numa reunião por outro administrador, mediante carta dirigida ao presidente, ou, sendo este o representado, dirigida a outro administrador que esteja presente na reunião, mas cada instrumento de representação não pode ser utilizado mais do que uma vez.
3. É permitido o voto por correspondência.
4. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.
5. Considera-se que falta definitivamente o administrador que, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, falte a mais de cinco reuniões seguidas ou oito interpoladas num ano civil.

Artigo Décimo Quarto

1. A fiscalização da Sociedade compete a um Fiscal Único, eleito pela Assembleia Geral por um período de três anos, podendo ser reeleito uma ou mais vezes.
2. O Fiscal Único e o suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Artigo Décimo Quinto

1. As remunerações dos administradores e do Fiscal Único serão fixadas por uma comissão de accionistas eleita conjuntamente com os órgãos sociais ou, na falta desta, directamente pela Assembleia Geral.
2. As remunerações dos administradores poderão ser fixadas, total ou parcialmente, numa percentagem dos lucros do exercício, não podendo tal percentagem, globalmente considerada, ser superior a dez por cento de tais lucros.
3. Embora designados por prazo certo, os membros dos corpos sociais mantêm-se em funções até à eleição dos que os substituem.

CAPÍTULO IV APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Artigo Décimo Sexto

202273

8

uo

1. O ano social coincide com o ano civil.
2. Os lucros apurados de cada exercício, depois de deduzidos cinco por cento, pelo menos, para a reserva legal, sempre que este fundo não se encontre suficientemente integrado nos termos da lei, terão o destino que for deliberado em Assembleia Geral, que poderá, por simples maioria, afectar a reservas a totalidade dos lucros.
3. No decurso do exercício podem ser feitos aos accionistas adiantamentos sobre lucros, mediante deliberação do Conselho de Administração, com o consentimento do Fiscal Único e nos demais termos e condições legalmente estabelecidos.

1764

CAPÍTULO V

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo Décimo Sétimo

A Sociedade dissolve-se nos casos legais, fazendo-se a liquidação pela forma que for deliberada em Assembleia Geral.

